

3º bimestre

Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e dos empréstimos ao BNDES

2021



Ministro da Economia
Paulo Guedes

Secretário-Executivo
Marcelo Guaranys

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento
Bruno Funchal

Secretário do Tesouro Nacional
Jeferson Bittencourt

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional
Rafael Cavalcanti de Araújo

Subsecretários do Tesouro Nacional
Adriano Pereira de Paula
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento
Otávio Ladeira de Medeiros
Paula Bicudo de Castro Magalhães
Pedro Jucá Maciel
Pricilla Maria Santana
Waldeir Machado da Silva

Elaboração
Corrdenação-Geral de Execução e Controle de Operações Fiscais (COGEF)

Arte
Assessoria Econômica, de Comunicação e de Assuntos Legislativos (ASSEC)
/Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)
Projeto Gráfico: Viviane Barros

Informações
Telefone (61) 3412-1843
Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

Última alteração: 28/07/2021

Lista de Tabelas

Tabela I – Valor dos Subsídios por Período de Apuração (R\$)	04
Tabela II – Valor dos Subsídios Financeiros pelos Critérios de Apuração e de Pagamento.....	06
Tabela III – Projeção dos Subsídios a Valor Presente (R\$)	07
Tabela IV – Inscrições de RAP em Operações de Equalização de Taxa de Juros do PSI (R\$)	09
Tabela V – Haveres da União junto ao BNDES.....	10

Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e dos empréstimos ao BNDES, 3º bimestre de 2021

Este Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI e dos empréstimos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente ao 3º bimestre de 2021, traz as seguintes informações: (i) impacto fiscal das operações do Tesouro Nacional com o BNDES e com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; e (ii) valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros no âmbito do PSI, relativos ao 3º bimestre de 2021¹.

Nesse sentido, são apresentadas cinco tabelas com informações que refletem o impacto fiscal das operações no âmbito do PSI, que envolvem o pagamento, pelo Tesouro Nacional, de equalização de taxa de juros nos empréstimos concedidos ao setor produtivo pelo BNDES e pela FINEP (subsídios explícitos), bem como o custo fiscal concernente aos empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES (subsídios implícitos).

A Tabela I, a seguir, contém os valores dos subsídios por período de apuração, segregados entre os de natureza financeira (explícitos) e os de natureza creditícia (implícitos). No caso dos subsídios de natureza financeira (explícitos), trata-se da diferença entre a taxa de juros recebida pelo financiador nos empréstimos concedidos no âmbito do PSI, acrescida da remuneração do BNDES, dos agentes financeiros por ele credenciados ou da FINEP, e a taxa de juros paga pelo mutuário, o que gera desembolsos periódicos de pagamento pelo Tesouro ao BNDES e à FINEP. Já os subsídios de natureza creditícia (implícitos) são derivados da diferença entre o custo de captação do Tesouro (Custo TN) – definido metodologicamente como o Custo Médio de Emissão dos Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – e o custo contratual dos empréstimos concedidos ao BNDES.

¹ Para entender os conceitos e a metodologia utilizados no presente Boletim, bem como para um histórico sobre as operações que deram origem aos subsídios apresentados, ver o Relatório de Subvenções divulgado em janeiro de 2016 (considerado como a Edição n.º 1 do Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional ao BNDES e à FINEP) no link: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-de-subsidios-do-tesouro-nacional-no-ambito-do-psi-e-nos-emprestimos-ao-bndes/2015/18?ano_selecionado=2015

Tabela I – Valor dos Subsídios por Período de Apuração

(R\$)

Ano	Valor dos Subsídios Financeiros				Valor dos Subsídios Creditícios		Total
	Valores Correntes			Valores Atualizados para 30/06/2021*	Valores Correntes	Valores Atualizados para 30/06/2021*	Valores Atualizados para 30/06/2021*
	Equalização ao BNDES (a)	Equalização à FINEP (b)	Equalização Total (c)=(a+b)	Equalização Total (d)=(c) x IPC-a acumulado	Empréstimo da União ao BNDES (e)	Empréstimo da União ao BNDES (f)=(e) x IPC-a acumulado	Valor dos Subsídios Creditícios + Financeiros (g) = (d +f)
2008	-	-	-	-	17.776.022	36.055.151	36.055.151
2009	228.975.933		228.975.933	438.557.571	4.576.870.878	8.766.080.115	9.204.637.686
2010	2.885.444.716		2.885.444.716	5.298.141.921	8.469.245.696	15.550.901.187	20.849.043.108
2011	5.191.046.933	2.576.549	5.193.623.482	9.004.183.216	10.538.243.041	18.270.148.278	27.274.331.494
2012	4.577.572.934	28.431.544	4.606.004.478	7.498.054.793	12.343.318.434	20.093.527.565	27.591.582.357
2013	5.991.883.935	62.428.273	6.054.312.208	9.311.919.985	10.629.385.349	16.348.675.533	25.660.595.518
2014	7.872.587.964	134.377.787	8.006.965.750	11.628.010.773	21.272.338.349	30.892.473.781	42.520.484.555
2015	9.571.532.242	259.108.378	9.830.640.620	13.416.425.744	18.969.018.983	25.888.082.422	39.304.508.166
2016	9.134.277.112	346.947.748	9.481.224.861	11.692.019.962	29.146.451.360	35.942.707.415	47.634.727.377
2017	6.041.104.202	329.156.027	6.370.260.229	7.390.773.082	15.661.666.101	18.170.658.038	25.561.431.119
2018	3.717.319.670	269.665.457	3.986.985.127	4.493.150.432	5.029.010.819	5.667.465.870	10.160.616.302
2019	2.239.438.812	191.658.672	2.431.097.484	2.652.859.176	2.202.167.211	2.403.046.167	5.055.905.344
2020	1.045.611.942	102.083.475	1.147.695.418	1.200.626.671	1.503.889.382	1.573.248.159	2.773.874.830
2021**	318.593.442	33.809.695	352.403.137	352.403.137	1.004.545.482	1.004.545.482	1.356.948.619
Total				84.377.126.463		200.607.615.163	284.984.741.625

Fonte: Dados elaborados pela STN/COGEF, com base em informações do BNDES e da FINEP.

* Valores atualizados para 30/06/2021 pelo IPC-A., exceto a linha de 2021.

** Posição acumulada até o dia 30/06/2021.

Os subsídios de natureza financeira reduziram de R\$ 662,6 milhões até o 3º bimestre de 2020 para R\$ 352,4 milhões no mesmo período de 2021, em valores correntes. Este movimento reflete a tendência de queda observada no últimos anos, haja vista que esses subsídios decorrem de equalização de taxas de juros no âmbito do PSI, programa que não permite mais a contratação de novas operações desde 2015. Dessa forma, considerando também a amortização dos empréstimos concedidos no

âmbito do Programa, o saldo equalizável de operações vem caindo, sendo o seu término previsto para 2041. Com isso, a expectativa é que esses subsídios continuem decrescendo ao longo do tempo, exceto se houver um forte incremento do custo da fonte de recursos (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP).

Relativamente aos subsídios creditícios, o valor que era de R\$ 1,0 bilhão até o 3º bimestre de 2020 permaneceu em R\$ 1,0 bilhão no mesmo período de 2021, em valores correntes. Apesar da liquidação antecipada realizada pelo BNDES durante o 2º bimestre de 2021 (R\$ 38,0 bilhões), que contribuiria para redução dos subsídios creditícios por diminuir a base sobre a qual incidem, não ocorreu efetivamente essa esperada redução, em comparação a 2020, porque naquele ano houve significativa desvalorização cambial, influenciando positivamente o saldo indexado ao dólar a favor do Tesouro Nacional e, consequentemente, reduzindo os subsídios creditícios daquele exercício.

A Tabela II, por sua vez, apresenta os subsídios de natureza financeira, pelos critérios de apuração e de pagamento², conforme os termos da legislação pertinente:

² O critério de apuração apresenta o período de competência, enquanto o critério de pagamento apresenta o ano em que o pagamento foi efetivamente realizado.

Tabela II – Valor dos Subsídios Financeiros pelos Critérios de Apuração e de Pagamento (R\$)		
Ano	Critério da Apuração	Critério do Pagamento
2008	-	-
2009	228.975.933	-
2010	2.885.444.716	-
2011	5.193.623.482	428.975.933
2012	4.606.004.478	751.660.642
2013	6.054.312.208	121.858.879
2014	8.006.965.750	110.744.844
2015	9.830.640.620	30.283.656.172
2016	9.481.224.861	10.215.700.058
2017	6.370.260.229	7.908.381.142
2018	3.986.985.127	5.009.503.196
2019	2.431.097.484	3.261.634.585
2020	1.147.695.418	1.648.829.979
2021*	352.403.137	484.256.837

Fonte: Dados elaborados pela STN/COGEF, com base em informações do BNDES e da FINEP.

Nota: Conforme a legislação, o pagamento dos subsídios financeiros tem duas periodicidades, semestral e mensal, cujos procedimentos são definidos pela Portaria MF n.º 193, de 2014, com a redação dada pela Portaria MF n.º 950, de 2015.

*Posição acumulada até o dia 30/06/2021

A Tabela III, a seguir, apresenta a estimativa, em valor presente, dos subsídios financeiros já contratados referentes às operações do PSI e dos subsídios creditícios nos empréstimos concedidos pela União ao BNDES, os quais deverão vigorar até 2041 e 2040, respectivamente. Destaca-se que esta tabela é atualizada no encerramento de cada exercício ou quando houver algum movimento financeiro que altere significativamente as projeções. Portanto, como não houve movimento financeiro relevante no decorrer do 3º bimestre de 2021, esta tabela é a republicação de dados constantes no Boletim referente ao 2º Bimestre de 2021, divulgado em maio de 2021, com posição de 30/04/2021.

Conforme já destacado no Boletim do 2º Bimestre de 2021, os subsídios financeiros projetados alcançaram R\$ 1,5 bilhão e os subsídios creditícios, R\$ 13,4 bilhões, em valor presente.

Tabela III - Projeção dos subsídios a Valor Presente (R\$)

Ano	Subsídios Financeiros*	Subsídios Creditícios
2021	628.518.547	1.577.838.544
2022	332.922.197	1.353.839.844
2023	139.653.222	1.500.782.480
2024	66.017.039	1.489.783.044
2025	46.688.865	1.327.157.325
2026	40.754.517	1.093.557.307
2027	35.826.272	972.556.460
2028	31.474.652	841.988.378
2029	27.480.958	699.744.044
2030	24.174.190	576.817.733
2031	21.193.266	451.581.933
2032	18.438.539	367.186.689
2033	15.750.212	298.702.853
2034	13.276.140	241.294.725
2035	10.948.749	195.587.260
2036	8.780.679	158.616.043
2037	6.689.828	117.238.349
2038	4.749.773	86.246.801
2039	2.925.392	51.353.486
2040	1.215.863	15.449.733
2041	47.579	-
Total	1.477.526.479	13.417.323.030

Fonte: Dados elaborados pela STN/SUGEF/COGEF, com base em informações do BNDES e da FINEP e na grade de parâmetros da SPE.

* Cálculos realizados com base nas projeções do BNDES e da FINEP.

Os valores estimados dos subsídios financeiros e creditícios são apresentados por ano em que eles serão incorridos e trazidos a valor presente. Para tanto, adota-se a metodologia, constante da Nota Técnica “Metodologia para Análise a Valor Presente das Operações de Crédito entre a União e o BNDES”, disponibilizada no endereço:
<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/demonstrativos-financeiros-e-crediticios/arquivos/metodologia-analise-a-valor-presente>

A Tabela IV, a seguir, apresenta o estoque de Restos a Pagar – RAP relativos às operações de equalização de taxa de juros no âmbito do PSI, acompanhando periodicamente as suas inscrições e reinscrições, os seus cancelamentos e pagamentos.

Tabela IV - Inscrições de Restos a Pagar nas Operações de Equalização de Taxa de Juros do PSI (R\$)					
Ano	RAP Inscritos (a)	RAP Reinscritos (b)	RAP Pagos (c)	RAP Cancelados (d)	Estoque de RAP (e) = (a + b) - (c + d)
2011	400.000.000,00	-	400.000.000,00	-	-
2012	4.122.112.067,00	-	737.386.964,00	-	3.384.725.103,00
2013	2.947.053.322,00	3.384.725.103,00	-	-	6.331.778.425,00
2014	135.169.121,00	6.331.778.424,00	5.212.183,00	-	6.461.735.362,00
2015	2.355.234.494,00	6.461.735.362,00	8.363.445.930,00	453.523.927,00	-
2016	-	-	-	-	-
2017	4.416.000.000,00	-	4.365.138.715,53	50.861.284,47	-
2018	2.877.400.000,00	-	2.827.017.802,75	50.382.197,25	-
2019	2.068.076.880,50	-	1.813.956.537,78	254.020.342,72	100.000,00
2020	1.127.284.771,14	100.000,00	983.419.437,12	143.965.334,02	-
2021*	645.195.505,07	-	482.284.876,18	152.910.628,89	10.000.000,00

Fonte: SIAFI

*Posição acumulada até o dia 30/06/2021

Ao final de 2020, foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 645 milhões, referentes às obrigações constituídas no 2º semestre de 2020, cujo efetivo pagamento ocorre em janeiro do exercício seguinte. Desse total de RAP inscritos, seguindo a regra de pagamento do PSI, R\$ 482 milhões já foram pagos em 2021 e o valor de R\$ 153 milhões foi cancelado no decorrer do 3º bimestre de 2021, restando um saldo equivalente a R\$ 10 milhões para fazer frente a eventuais valores que possam vir a ser apresentados, a depender de verificação de conformidade às normas do Programa. Esse montante cancelado decorre do fato de que a inscrição em RAP é efetuada por estimativa, uma vez que o valor líquido e certo somente é passível de apuração após o encerramento do exercício, mediante apresentação de cobrança pelas instituições financeiras.

Por fim, apresenta-se a Tabela V com os contratos de financiamento celebrados entre a União e o BNDES, discriminando o indexador de cada um deles, bem como as vigências e os saldos posicionados em 30/06/2021. Os contratos já contemplam todas

as liquidações antecipadas ocorridas em 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021³, além das alterações decorrentes da repactuação das condições financeiras dos Contratos nº 922/PGFN/CAF e nº 923/PGFN/CAF, que deram origem ao Contrato nº 034/PGFN/CAF.

Tabela V - Haveres da União junto ao BNDES

Contrato	Base Legal	Saldo em 31/12/2019 (em R\$)	Saldo em 31/12/2020 (em R\$)	Saldo em 30/06/2021 (em R\$)	Data Contrato	Indexador	Início Pagamento		Fim do Contrato
							Juros	Principal	
CT 544/PGFN/CAF	11.943/2009	2.589.576.713	3.163.588.469	2.947.550.432	21/06/2010	DÓLAR + Libor	15/02/2011	15/02/2015	15/02/2039
CT 590/PGFN/CAF	11.943/2009	1.618.485.445	1.977.242.793	1.842.219.020	15/12/2010	DÓLAR + Libor	15/08/2011	15/02/2015	15/02/2039
CT 845/PGFN/CAF (FMM)	12.249/2010	1.021.027.563	1.159.766.241	1.091.561.501	09/05/2013	TJLP/SELIC/TLP/US\$	15/06/2013	15/06/2017	15/05/2037
CT 034/PGFN/CAF	13.483/2017	157.604.788.920	150.218.393.070	108.881.678.548	01/01/2018	TJLP/SELIC/TLP	15/02/2019	15/01/2019	31/12/2040
Subtotal		162.833.878.641	156.518.990.572	114.763.009.501					
CT 867/PGFN/CAF	12.872/2013	15.242.078.773	14.999.999.928	14.999.999.928	28/06/2013	(a)	31/12/2013	S/Amortiz.	S/Venc.
CT 963/PGFN/CAF	12.833/2013	8.872.677.616	8.731.759.334	8.731.759.334	24/06/2014	(a)	31/12/2014	S/Amortiz.	S/Venc.
CT 964/PGFN/CAF	12.833/2013	6.917.075.332	6.807.216.458	6.807.216.458	24/06/2014	(a)	31/12/2014	S/Amortiz.	S/Venc.
CT 1018/PGFN/CAF	13.043/2014	5.080.692.949	5.000.000.000	5.000.000.000	22/12/2014	(a)	31/12/2014	S/Amortiz.	S/Venc.
Subtotal		36.112.524.670	35.538.975.719	35.538.975.719					
Total		198.946.403.311	192.057.966.292	150.301.985.220					

Fonte: Dados elaborados pela STN/COGEF, posição de 30/06/2021.

Notas:

(1) Os Contratos nº 544, 590, 867, 963, 964 e 1018/PGFN/CAF não constituem subsídios implícitos da União ao BNDES, pelos seguintes motivos:

- Os Contratos nº 867, 963, 964 e 1018/PGFN/CAF, caracterizados como Instrumento Elegível a Capital Principal, não preveem a atualização monetária e a incidência de juros se dá conforme o rendimento anual dos dividendos apurados pelo BNDES e de acordo com fórmulas previstas contratualmente;
- Os Contratos nº 544 e 590/PGFN/CAF foram constituídos a partir de recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e reempréstados à mesma taxa de captação pela União, dessa forma, não representam subsídio implícito da União ao BNDES.

(2) O Contrato nº 845/PGFN/CAF (FMM) foi repactuado em setembro de 2019, com efeitos retroativos a 01/07/2019, e passou a ser indexado pela TLP e Selic, além dos antigos indexadores – TJLP e US\$.

³ Essas liquidações antecipadas, em valores correntes, somam R\$ 447 bilhões, sendo R\$ 29 bilhões em 2015; R\$ 100 bilhões em 2016; R\$ 50 bilhões em 2017; R\$ 130 bilhões em 2018, R\$ 100 bilhões em 2019 e R\$ 38 bilhões em 2021.